

Proposições de interesse da Secretaria da Mulher - 02 a 05/05/17

PROJETO DE LEI Nº 5.346/09 – do Sr. Chico Lopes, que “Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências.”

Relator: Dep. Chico Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 4.999/16 – do Senado Federal, da Sra. Gleisi Hoffmann, que “Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social.”

Relator: Dep. Helder Salomão.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

PROJETO DE LEI Nº 626/11 – do Sr. Jorge Tadeu Mudalen, Acrescenta parágrafo ao art. 8º Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir atendimento ambulatorial e psicológico à menor gestante.

Relatora: Dep. Keiko Ota.

Parecer: pela aprovação parcial.

Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 5.001/16 – do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação”.

Relatora: Dep. Laura Carneiro.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 7.150/14 – do Sr. Rodrigo Maia, que “Altera a Lei nº 8.080, de 11 de setembro, de 1990, para determinar a realização de

campanhas destinadas à realização de exames preventivos do câncer de próstata e de mama”.

Relatora: Dep. Elcione Barbalho.

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo da Comissão de Seguridade e Família.

Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 3.729/15 – do Sr. Alfredo Nascimento, que “Acrescenta o inciso VI ao art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações, para incluir a necessidade de empresas com 100 (cem) ou mais empregadas, preencherem de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, como requisito para a habilitação em licitações e dá outras providências.”

Relatora: Dep. Carmen Zanotto.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)

PROJETO DE LEI Nº 702/15 – do Sr. Célio Silveira, que “Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.”

Relator: Dep. Geraldo Resende.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 5.654/16 – Senado Federal – da Sra. Maria do Carmo Alves, que “Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto.”

Relatora: Dep. Keiko Ota.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Aguardando Deliberação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 4.614/16 – da Sra. Luizianne Lins, que “Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de

computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.”

Relatora: Dep. Keiko Ota.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 4.074/15 – Senado Federal, do Sr. Marcelo Crivella, que “Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar o uso de produto fumígeno derivado do tabaco em veículos automotores, públicos ou privados, quando neles esteja gestante, criança ou adolescente, e tipificar tal conduta como crime.”

Relatora: Dep. Keiko Ota.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Viação e Transportes (CVT)